

10 AGO 1992

ORÇAMENTO

Seguridade pede recursos fiscais para cobrir déficit de Cr\$ 23 trilhões em 1993

por Adriana Lins
de Brasília

O conselho de seguridade social aprovou na última sexta-feira proposta de orçamento da seguridade social para 1993 que deve ser enviada ao Ministério da Economia nos próximos dias. Dentro da proposição, o conselho solicita ao Ministério no ano que vem maior aporte de recursos do orçamento fiscal para a área e diminuição da participação da seguridade social nos encargos previdenciários da União (EPU).

Segundo o secretário de Administração Geral do Ministério da Previdência Social, Fernando Antonio Fontes Rodrigues, "entre os conselheiros, sabe-se que no orçamento fiscal não há folga" e por isso eles preferiram não precisar os números do aumento a ser solicitado na participação do orçamento fiscal na seguridade, que hoje é de 8,5%. Os recursos do orçamento fiscal destinariam-se, como pretendem os conselheiros, sobretudo ao pagamento de pessoal.

A proposta de despesa da seguridade social para o próximo ano é de Cr\$ 106,7 trilhões (valores de abril), sendo que seria distribuído da seguinte forma: Cr\$ 45,1 trilhões para a Previdência Social; Cr\$ 23 trilhões para o Ministério da Saúde; Cr\$

6,2 trilhões para o Ministério da Ação Social; Cr\$ 1,8 trilhão para a merenda escolar do Ministério da Educação; e Cr\$ 19,8 trilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A receita da seguridade prevista pelos conselheiros para 1993 totaliza Cr\$ 83,7 trilhões e seria obtida, conforme os conselheiros, da seguinte forma: Cr\$ 40 trilhões da contribuição dos trabalhadores e empregadores; Cr\$ 8,7 trilhões do Finsocial; Cr\$ 8,4 trilhões do PIS/PASEP; e o restante de outras pequenas fontes.

O déficit de Cr\$ 23 trilhões seria coberto, como propõem os conselheiros, através da revisão, pelo Ministério da Economia, das duas principais fontes de receita — o Finsocial e a contribuição previdenciária. Eles esperam que essas fontes possam dar um adicional de Cr\$ 14 trilhões. "Há uma esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue pela constitucionalidade do Finsocial neste semestre", contou o secretário. A receita dessa contribuição aumentaria para Cr\$ 20 trilhões, numa previsão do conselho.

No orçamento, o governo não inclui os atrasados do reajuste de 147% aos aposentados, que são estimados em Cr\$ 7,2 trilhões (valores de julho).